

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

ATA Nº 38

PRESIDENTE – DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Autoridades presentes, boa tarde!

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta a presente Audiência Pública, requerida por mim com objetivo de apresentar o Relatório Final dos estudos realizados pela Câmara Setorial Temática referentes à redefinição dos limites da Reserva Extrativista Guariba Roosevelt, localizada no Município de Colniza, promovida pelo Decreto nº 59, de 13 de abril de 2015.

Convido para compor a mesa, já fazendo parte do dispositivo oficial, o Deputado Wilson Santos, Líder do Governo. Muito obrigado pela presença.

Também já agradeço pela presença, já fazendo parte deste dispositivo, o Deputado Pedro Satélite, que é um Deputado atuante na região Norte do Estado de Mato Grosso.

Da mesma forma, convido o Sr. Marcelo Martins Guimarães e Silva, Técnico em Reforma de Desenvolvimento Agrário do INCRA, neste ato representando o Superintendente para compor o dispositivo oficial. Muito obrigado pela presença.

Convido também a Sr<sup>a</sup> Fátima Aparecida Sonoda, Superintendente da SEMA; o Sr. José Policena de Souza, Presidente da Associação dos Projetos Filinto Müller, da Gleba Guariba-Roosevelt; o Prefeito Município de Colniza, Esvandir Antônio Mendes; o Procurador da Assembleia Legislativa, Membro Titular desta Câmara Setorial, Dr. Carlos Dornellas; o Presidente da Câmara Setorial Temática, nosso colega de trabalho, Sildemar Ziezkowski.

Convido para compor o dispositivo oficial o nosso querido Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. Paulo Taques.

Registro a presença da Coordenadora de Cartografia da SEPLAN, a nossa querida amiga e companheira Lígia. Muito obrigado pela sua presença.

Registro também a presença do Superintendente da Associação dos Cartórios, da ANOREG, também parceira nossa, discutindo juntos nesta mesma Câmara Setorial a questão das Quatro Reservas, Sr<sup>a</sup> Anete Ribeiro. Muito obrigado pela presença, Sr<sup>a</sup> Anete Ribeiro.

Agradeço a presença de Milene Fernandes, da Assessoria do Dr. Scaloppe, neste ato representando a Procuradoria do Meio Ambiente do Ministério Público. Obrigado pela presença.

Da mesma forma, o Sr. Paulo Roberto Mariotti, Assessor do Dr. Scaloppe, do Ministério Público, também da Procuradoria do Meio Ambiente. Muito obrigado pela presença.

Agradeço também a presença do Assentamento Distrito de Guariba-Roosevelt, com vários produtores aqui presentes.

Agradeço a presença dos servidores do INCRA, da SEMA e do Ministério Público.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Composta a mesa de honra, convido a todos, por uma questão regimental, para, em posição de respeito, cantemos o Hino Nacional.  
(EXECUTADO O HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Gostaria, antes de adentrarmos no conteúdo do relatório a ser apresentado pela equipe técnica da Câmara Setorial, Secretário Paulo, senhores e senhoras, e estamos há praticamente um ano trabalhando em cima dessa questão, fazer um breve relato sobre a Câmara Setorial.

“A Câmara Setorial Temática, designada pelo Ato nº 030/15, da Mesa Diretora, requerida pelo Deputado Zé Domingos Fraga, com o objetivo de avaliar e acompanhar, discutir, propor medidas referentes à regularização fundiária das Quatro Reservas, situada no Município de Terra Nova do Norte e a redefinição dos limites da RESEX Quariba-Roosevelt.

Sua criação foi motiva pela ocupação irregular da área destinada à reserva legal dos projetos de colonização de Terra Nova do Norte I e II, denominada Quatro Reserva na década de 80. Segundo, pela tentativa de o Governo do Estado de Mato Grosso trazer de volta à legalidade a situação dos parceiros de Terra Nova do Norte I e II e dos ocupantes da Quatro Reserva pela relocação da Reservas legais no interior da RESEX Quariba-Roosevelt por meio de ampliação da respectiva unidade de conservação.

Regida pela Lei nº 8.352/05, cujo art. 2º descreve: entende-se conclama-se por Câmara Setorial Temática o conjunto de representantes de setores da área específica de interesse público com objetivo de reunir para diagnosticar, analisar, discutir e sugerir ações para o aperfeiçoamento do processo de elaboração legislativa e buscar soluções para temas relevantes para o Estado.

Para desenvolver os estudos foram indicados os seguintes membros, que se reuniram mais de quinze vezes em Reuniões Ordinárias e Extraordinárias: Sildemar Ziezkowski, pela Assembleia Legislativa; Carlos Dornellas, também pela Assembleia Legislativa, um dos Procuradores desta Casa; Gideon Danni da Rosa, também pela Assembleia Legislativa; Eliene Fachin, pela SEMA; Alexandre Batistela, pela SEMA; Edenir Leão Monteiro da Costa, pelo INTERMAT; Lígia Camargo, pela SEPLAN; Fernando de Loreto, pela DNA Rural; Wellington Silva, pela Casa Civil; Dario Vasconcelos, pelo INCRA; Marcelo Martins Guimarães e Silva, pelo INCRA; Cláudio Fim, pela AGU; Esvandir Antônio Mendes, Prefeito Municipal de Colniza; Paulo Roberto Jorge do Prado, pela PGE; Patrick de Araújo Ayala, pela PGE; Airton Pereira dos Santos, pela Associação dos Pequenos Produtores do Rio Roosevelt; e Raimunda Rodrigues da Silva, pela Associação dos Pequenos Produtores da Gleba do Rio Guariba.

Então, esses foram os componentes que fizeram parte, ou que fazem parte, dessa Câmara Setorial.

O Decreto nº 952/96, que visa à criação da Reserva extrativista Guariba-Roosevelt, com área de aproximadamente 57.630 hectares, localizado no Município de Aripuanã.

A Lei nº 7.164/99, identifica a redação do Decreto nº 952/96 e, logo em seguida, a Lei nº 8.680/2007, que disciplina a ampliação das áreas de estação ecológica Rio Roosevelt e Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt e a regularização fundiária dos ocupantes da área denominada Quatro Reservas, situada no Município de Terra Nova do Norte e Nova Guarita.

Além do que, ressalta-se a ampliação da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, em 80.462 hectares, totalizando a área de 138.092 hectares, bem como da Estação Ecológica Rio Roosevelt, ampliada em 43.168 hectares, totalizando a área em aproximadamente 96.168 hectares.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.

---

Já a Lei nº 10.261/15, que dispõe sobre a regularização fundiária da área denominada Quatro Reservas, no art. 8º, revoga expressamente a ampliação do perímetro da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt. Assim, retorna ao seu perímetro original da mencionada unidade de conservação previsto no Decreto nº 952/96, com área de aproximadamente 57.630 hectares, localizado no Município de Aripuanã.

Essa lei, inclusive, foi iniciativa minha, com o intuito de resolver o problema e terminou complicando mais ainda, terminou aumentando o problema.

Logo em seguida veio o Decreto já do nosso Governador Pedro Taques, o Decreto nº 59/15, que disciplina sobre ampliação dos limites da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt.

Com efeito, mais uma vez houve a ampliação da área da unidade de conservação, totalizando hoje uma área de 164.224 hectares”.

Então, com o objetivo de tentar equacionar de uma vez por todas os limites da referida Reserva da RESEX, quero aqui agradecer e ao mesmo tempo convidar para compor o nosso dispositivo oficial o Deputado Dilmar Dal Bosco, também da região Norte, um dos Deputados que faz parte dessa Câmara Setorial Temática.

Então, com intuito de resolver de uma vez por todos os limites da referida área e também com o objetivo de tentar resolver a questão, Secretário Paulo Taques, da Quatro Reservas é que constituímos, fomos o autor desse Requerimento para que pudéssemos discutir, não só a RESEX, mas também discutindo as Quatro Reservas, e ainda vamos demorar algum tempo, até porque estamos dependendo de serviços cartoriais, e quero agradecer a Srª Anete Ribeiro, Superintendente da Associação dos Cartórios, melhor dizer, ANOREG, que está dando uma mão muito grande a esta Câmaras Setorial Temática para que possamos, Deputado Pedro Satélite, lá no Município de Terra Nova do Norte, no qual Vossa Excelência também é responsável pelo assentamento Terra Nova I e II, porque Vossa Excelência trouxe dezenas de brasileiro do Sul do País para integra a Amazônia, também estamos trabalhando em cima dessa questão para regularizar a Quatro Reserva.

Então, após esse breve relato, queremos convidar o técnico Gideon Danni da Rosa, que é engenheiro florestal, e em seu nome quero cumprimentar todos os engenheiros florestais de Mato Grosso e do Brasil pelo seu dia, convidando-o para que de forma bem sucinta possa fazer o relatório técnico da RESEX.

Logo em seguida vamos ouvir o Dr. Carlos, que é o nosso Procurador, que vai falar do aspecto jurídico da Mesa.

Com a palavra, o Sr. Gideon Danni da Rosa.

O SR. GIDEON DANNI DA ROSA – Boa tarde, Deputado.

Boa tarde a todos!

Obrigado pela lembrança do Dia dos Engenheiros Florestais.

Eu gostaria de cumprimentar a todos aqui.

É uma alegria vermos vários colegas da SEMA aqui presentes.

Agradeço a presença do Ministério Público e de tantos outros colegas; agradeço a presença dos Deputados que vieram até aqui para compor este ato tão importante...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Eu gostaria de perguntar ao Secretário Paulo Taques e aos Srs. Deputados se querem assistir a apresentação para desfazermos a mesa e nos sentarmos de frente, porque a apresentação está em nossas costas e será extremamente interessante.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

O SR. GIDEON DANNI DA ROSA – Agradeço a presença do Deputado Bezerra que também veio prestigiar o nosso trabalho.

Gostaria de esclarecer que fomos convidados a auxiliar e a dar apoio para tomada de decisão dos membros que compõem a Câmara Setorial Temática.

Por motivo até de organização nós dividimos a questão da Quatro Reservas, como o Deputado já mencionou, que depende de questões rotatorias e cartoriais e a questão da Reserva Extrativista.

A Reserva Extrativista foi apreciada, foi votada e o que nós vamos trazer aqui é o relatório do que foi avaliado por esse grupo de apoio da Assembleia Legislativa, bem como o resultado da apreciação que foi feita pelos membros que compõem e têm o poder de voto.

Eu vou tentar ser breve, já que o assunto é complexo, e vou passar adiante.

Aqui é só uma estrutura de como nós dividimos essa apresentação.

Ela foi dividida da seguinte forma: Câmaras Setoriais Temáticas; motivação, Atos; fundamentação, resultados e ponderações – e desses resultados, os efeitos gerados desses resultados.

Sobre a Câmara Setorial Temática, o Deputado Zé Domingos Fraga bem explicou, então, vamos adiante.

A motivação é só uma representação gráfica para que vocês possam compreender o que gerou essa lide na questão dos limites da RESEX.

Como bem dito pelo Deputado Zé Domingos Fraga, ela se deu quando? Numa tentativa de regularizar as questões relativas a Quatro Reservas - entendia-se como assentamento, mas hoje se vê que é uma ocupação privada.

Na tentativa de regularizar, foi aumentado o perímetro da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt e modificada. Foi passada, então, para a divisa com o Estado do Pará e Amazonas, tendo esse formato de ferradura - essa imagem que vemos à direita de vocês.

Então, a motivação específica se deu nessa negativa dos ocupantes da área Quatro Reservas, quando da permuta da área para fins de assegurar a Reserva Extrativista. Quer dizer, ninguém queria ser responsável por essas reservas legais, alocadas a tantos quilômetros, uma série de atos legais, regulamentados e jurídicos, que são decretos, leis, ADIn, Ação Direta de Inconstitucionalidade, que alterou esse perímetro no decorrer dos anos desde sua criação e a situação desses atos, como eles foram praticados também.

Aqui eu vou fazer um resumo do que ocorreu nas reuniões, nas principais reuniões, seriam as oito primeiras reuniões que realizamos com intuito de tratar da reserva extrativista, porque houve mais reuniões que trataram apenas da questão da Quatro Reserva.

A primeira houve a instalação; na segunda as respostas do MPE e da PGE quanto a comporem a Câmara Setorial Temáticas, salvo engano, também houve a eleição do Presidente Sildemar Ziezkowski, e apresentação da Secretaria de Meio Ambiente sobre o histórico da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, ressaltando que a SEMA sempre esteve muito presente, acompanhou o nosso trabalho e nos auxiliou muito.

Na quarta reunião, quando foi introduzido esse grupo de apoio, composto por mim, Gideon, e pelo Dr. Carlos, da Procuradoria Legislativa; e o INCRA trouxe, detalhou a situação atual também da Gleba Quatro Reservas no que influía na questão da RESEX.

Na quinta reunião um Procurador Legislativo, o Dr. Francisco, também juntou-se na composição da Câmara Setorial Temática; o João Reck, representando os produtores rurais, também trouxe o relato da situação daquele pessoal que está lá instalado; depois o Lupércio, que atuou na parte da mensuração das Quatro Reservas, também nos trouxe informações.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.

---

Na sexta, por fim, o representante do projeto Filinto Müller, Sr. Edson, apresentou o número de chácaras, ocupação, como está sendo ocupada essa questão dentro da reserva, principalmente na Gleba na parte urbana.

O Procurador do Município de Colniza também veio fazer as explicações e as reclamações que achava interessante, que deveriam ser ouvidas pela Câmara Setorial Temática, pelos membros da Câmara Setorial Temática.

Na sétima reunião, apresentamos um relatório técnico-jurídico parcial, que está inserido nesta apresentação e virá compor um documento completo.

Por fim, faço um destaque que na oitava reunião a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, de forma muito contundente, trouxe novas informações sobre o processo de ocupação irregular e atos do meio ambiente que estavam ocorrendo naquela região, inclusive uma operação que ocorreu lá, enfim. E essa apresentação foi determinante, no meu entendimento, no entendimento do apoio técnico, para a decisão tomada pelos membros que compõem a Câmara Setorial Temática.

Só para reforçar, aqui buscamos sugerir a melhor alternativa, o que entendemos por melhor, não quer dizer que seja o melhor, mas o que entendemos, juntando todas as informações que foram trazidas pelos membros dos relatórios que foram apresentados pelo INTERMAT, pelo INCRA, pela SEMA, pelos ocupantes dessas áreas, e essa foi a nossa intenção.

Aqui também temos a intenção de demonstrar que tomamos como se todos os atos praticados foram feitos dentro da legalidade.

Nós não tentamos buscar esse tipo de mérito, ainda que na jurisprudência o STF adstrinja a análise desses requisitos na questão das Reservas Extrativistas, estudos técnicos e consulta pública.

Falando um pouquinho dos Atos, esses Atos foram os que modificaram o perímetro da Reserva Extrativista: começa com o Decreto nº 952/96, que cria a Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt; ainda em 1999 é feita uma lei, lei que também determina perímetro; a Lei nº 8.680/2007 também altera o perímetro; depois vem a Decisão Interlocutória de uma Ação Civil Pública, uma ADIn; uma nova lei tentando sanear os impedimentos gerados pela ADIn; uma nova ADIn; e, por fim, o Decreto nº 59/2015, que hoje compõe a lide.

Aqui é uma representação gráfica de qual era o perímetro da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt. Isso é do ano de 1996.

Ela foi criada... Quando observarmos, ela está alocada num lugar diferente. Hoje essa parte compõe o perímetro dado pelo Decreto nº 59/2015, observando que tem 57.600 hectares nesse período.

Depois vem a Lei de 1999, que replica esse perímetro, mantém a área - ela é semelhante ao Decreto de criação.

Em 2007, com o advento de trazer para a legalidade os ocupantes da Quatro Reservas, de fornecer a eles a questão da Reserva Legal, é feita a Lei nº 8.680/2007. O que ela diz? Ela disciplina essa ampliação da Estação Ecológica, que é uma área que fica próxima, e da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, para promover a regularização fundiária daquelas áreas de terras em Terra Nova do Norte e Nova Guarita. Ressaltamos que essa ampliação foi em 80 mil hectares, mais de 100% de ampliação para a Reserva Extrativista Roosevelt quando da edição dessa Lei nº 8.680.

As áreas mencionadas servirão para regularização, compensação ambiental de assentamentos nos municípios.

Para a regularização fundiária denominada Quatro Reservas o INTERMAT executará o Projeto de varredura com a finalidade de identificar seus ocupantes, bem como demarcar

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.

---

essas áreas de cada um deles. Fica, então, o INTERMAT autorizado a realizar essa permuta, e foi aí que residiu a questão que depois virou lide jurídica, a permuta da área ocupada.

Em seguida, temos uma Ação Civil Pública e uma decisão interlocutória. Já em 2013 - vejam que tem um lapso temporal bastante grande - tem o reconhecimento da inconstitucionalidade daquela da Lei 8.680, que determina que a SEMA se abstenha de conceder LAU que era a Licença Ambiental Única à época, o CAR e aprovar plano de manejo, fazer uso sustentável dessas áreas nos limites da RESEX e que o INTERMAT se abstenha de conceder títulos de propriedades rurais. Então, aí que começa a confusão maior.

E, logo em 2014, há Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação à inexequibilidade da compensação, questiona de forma veemente a impossibilidade de realizar a compensação ambiental entre áreas muito distantes umas das outras e já com graus de desmatamento da área ampliada da reserva extrativista e da estação ecológica.

A decisão majoritária do acórdão é que é incapaz de compensar o passivo ambiental das Quatro Reservas.

O que ocorre? Essa decisão fala o seguinte: esse perímetro não atende o objetivo que ele foi criado.

Então, a reserva extrativista ganhou esse aumento de 80 mil hectares, mas ela deixa de fazer esse papel, que é uma das intenções que lhe foi dada, que era de servir de reserva legal para compensar as áreas da Quatro Reservas.

No que concerne à isenção de responsabilidade do indivíduo causador do dano ambiental. Esse foi um ponto levantado pelo Judiciário e Ministério Público e foi acatado. O que é o quê? Se fossem dadas essas áreas para fazer a compensação da reserva legal, estaríamos, então, isentando aqueles que desmataram na Quatro Reservas, enfim, o dano ambiental, estariam isentos desse dano. O Judiciário interveio e falou que não, que não poderia ser feito e ficou nebulosa essa questão do perímetro.

Veio a Lei nº 10.261, que revogou a Lei nº 8.680, revogou também essa ampliação do perímetro, retornando para o perímetro original. Essa lei foi declarada inconstitucional em 2015.

Vou acelerar, porque estou demorando bastante. Pode passar

Decreto nº 59/2015. O que o Decreto nº 59/2015 faz? Ele pega a parte central, que era o perímetro originário - deixaram claro isso -, era o perímetro originário da Reserva Extrativista e acrescenta a área da ferradura e aquela parte superior, fruto da Lei nº 8.680/2007, que tinha como objetivo o compensar essa reserva legal da Quatro Reservas.

Essa é a representação gráfica do perímetro atual.

Vou falar um pouquinho da importância dessa área, os fundamentos que nos levaram ao resultado que trouxemos para ser avaliado pela Câmara Setorial Temática, a importância socioecológica da área, a primeira e, até então, única Reserva Extrativista estadual, uma das últimas áreas extrativista tradicional, com população tradicional de seringueiros, que é legalmente protegida por sua importância socioecológica muito grande, tem interesse do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, que é o MMA, IBAMA, enfim. Existe um interesse público na manutenção da reserva extrativista, principalmente daquele formato em que está inserido hoje no mosaico da ARPA.

Esse é o mosaico da Amazônia Meridional, que compõe um conjunto de unidades de conservação que tem por efeito controlar o desmatamento nessa parte da Amazônia. Enfim, esse desmatamento, e me refiro ao arco de desmatamento que está localizado aqui no Sul do...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA – FALA FORA DO MICROFONE) – Eu não vi no Decreto nº 59. Ele ficou com quantos hectares?

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.

---

O SR. GIDEON DANNI DA ROSA – Ficou com 164.000. Saiu de 57.000, depois foi para 138.000 hectares, depois aumentou, nesse último Decreto nº 59, para cento e sessenta e quatro mil hectares.

Aqui tem a situação fundiária da Gleba. Foram emitidos 292 Títulos Definitivos e oitocentos e 842 na área urbana.

Só para vocês entenderem, à direita - essa é uma escala muito grande que nós fizemos para pegar toda parte da Gleba -, aquela foto em azul e amarelo são os lotes divididos pelo INTERMAT; e aqui à esquerda é uma escala diferente, que nós trouxemos o conglomerado urbano, que está localizado, parcialmente inserido, dentro da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt.

Outra coisa que fundamentou os resultados que apresentamos foi a questão da existência de um convênio. Esse convênio era para ser celebrado visando à revisão de área. Então, houve o empenho do erário na casa, se eu não me engano, 3 milhões e 700 mil reais para que fosse feita a regularização fundiária daquela área em que hoje está parcialmente inserida a reserva extrativista, aquela área central.

Resultados.

Os resultados consistem nesta etapa final e nos principais objetivos da CST, que seria avaliar o objeto da lide, levando em conta as informações trazidas pelos que compõem a Câmara, acompanhar a situação e discutir.

Quanto ao Distrito de Guariba, foram apresentados aos membros que a sede do distrito hoje está alocada fora da RESEX, tinha uma expansão urbana para dentro, a expansão da ocupação urbana não é regularizada; existe uma pressão constante no entorno dos limites da reserva extrativista – acho que sempre vai haver -; as áreas próximas ao distrito não detêm mais características para o desenvolvimento. Justamente por essa pressão e essa evolução...

(O SR. PRESIDENTE ZÉ DOMINGOS FRAGA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. GIDEON DANNI DA ROSA – Exatamente.

Eu não vou conseguir direcionar para vocês, mas aquela mancha mais clara que tem fora dos limites da reserva extrativista na imagem é a sede do aglomerado urbano. Logo à direita, que adentra essa faixa amarela, é o avanço da ocupação irregular.

Então, essas áreas próximas ao distrito hoje não têm mais características para serem consideradas extrativismo e essa ocupação irregular.

Então, quanto aos limites da RESES, consideramos a importância socioambiental da área; a existência de alterações do perímetro da RESEX ao longo dos anos e a necessidade dos extrativistas estarem localizados em áreas propícias ao exercício das suas atividades.

Demonstração de interesse do Estado, porque quanto o Estado firma um convênio e empenha 3 milhões e 700 mil demonstra interesse em passar essas terras para o setor privado, empenhando erário para consecução da destinação das terras públicas à iniciativa privada, georrefenciamento e regularização fundiária dessas áreas.

Então, esse grupo de apoio no subsídio à tomada de decisão da Câmara Setorial Temática sugeriu que o Estado avalie a intenção de promover a regularização fundiária aos ocupantes das áreas adjacentes ao distrito de Guariba, se essas não detiverem as características iminentes a uma Reserva Extrativista e que o perímetro da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt retornasse ao proposto na Lei 8.680/2007, que é aquela ferradura sem essa área central que está em processo de arrecadação ao setor privado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Desta feita, sugerimos a elaboração de um projeto de lei que defina novos limites da UC-Unidade de Conservação.

No entanto, como eu disse lá no início, numa apresentação muito contundente da SEMA, que penso que foi chave, mesmo trazendo esses fatos que estamos apresentando para os senhores, os membros da Câmara Setorial Temática, optaram pela manutenção do Decreto 89 na forma como ele está hoje.

Então, para concluir, vou pedir para o Dr. Carlos me auxiliar, para trazer algumas ponderações quanto aos efeitos da manutenção do Decreto 89.

Muito obrigado pela atenção dos senhores.

O SR. CARLOS DORNELLAS - Boa tarde a todos.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a presença de todos, dos parlamentares, os colegas integrantes da Câmara setorial, servidores da Casa, ilustres instituições, das quais Ministério Público e Casa Civil.

Inicialmente, eu gostaria de traçar uma contextualização jurídica da sucessão de leis que cercam o tema reserva extrativista.

Como Gideon mencionou, mas eu gostaria de insistir nesse tema, a reserva extrativista surge no ordenamento jurídico brasileiro a partir do Decreto 952/96. Posteriormente ele foi disciplinado pela Lei 7.164/99, que praticamente repete as suas dimensões, inclusive em extensão territorial, com 57.630 hectares. Posteriormente temos a Lei 8.680/2007, que é onde começa o problema.

Com a Lei 8.680/2007, como Gideon muito bem mencionou, houve a tentativa de solucionar o problema da ocupação de condomínio da reserva legal coletiva em Terra Nova I e II no atual Município de Terra Nova do Norte e Nova Guarita. Todavia, essa ilustre tentativa de solucionar um problema que se arrasta desde o final da década de 80 em nosso Estado não foi reconhecida pelo Judiciário. Com essa tentativa, nesse sentido, foi declarada a inconstitucionalidade dessa lei por meio de uma ADI ajuizada pela Procuradoria-Geral de Justiça na qual se questiona a viabilidade jurídica e ambiental de se compensar uma reserva legal em condomínio com uma unidade de conservação, porque ambas possuem plano de utilização diversas. A reserva legal ela possui um plano de manejo florestal sustentável ao passo que a reserva extrativista possui um regime de utilização bem diferente da reserva legal.

Mais uma vez a Assembleia Legislativa tentou solucionar o problema por meio da Lei 10.261/15. Mais uma vez o judiciário declarou a inconstitucionalidade dessa lei, agora por meio da ADI 15765/15. Praticamente se repetiram as mesmas justificativas na ADI mencionada anteriormente.

Com a tentativa de não permanecer desguarnecida uma reserva extrativista de suma importância, não só no âmbito nacional, mas internacionalmente, como o Gideon mencionou, ao mosaico da Amazônia meridional a questões de interesse internacional que são vislumbrados pela Alemanha, pela Europa de uma forma geral, compensação de crédito de carbono, então, a discussão aqui é macro, razão pela qual eu tentei insistir em tentar fazer uma explanação das leis e dos decretos que disciplinaram a reserva extrativista.

Por último, então, veio o Decreto 59/15, que tentou manter essa reserva extrativista, ou melhor, ampliou essa reserva extrativista e também a estação ecológica.

Acho que agora vamos entrar nos slides.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Uma das justificativas para a defesa da manutenção da forma de ferradura pelo relatório técnico foi a obediência, ainda que com a área da reserva extrativista diminuída, havia sim a obediência ao princípio da função social da propriedade privada urbana e rural.

Como uma das justificativas mais contundentes utilizadas pelas pessoas, pelos integrantes da Câmara Setorial Temática que defendem a manutenção da Reserva Extrativista na forma prevista pelo art. 59 seria o temor de haver um desrespeito, de uma agressão ao meio ambiente, a Comissão interdisciplinar entende de forma diversa. Por quê? O pressuposto é inarredável que em nenhum momento foi olvidado pela Câmara Setorial Temática se refere à interpretação constitucionalmente adequada do princípio da função da propriedade privada urbana e rural.

Isso não sou eu que estou dizendo. Toda essa fundamentação tem lastro jurídico e jurisprudencial. Cito como exemplo os art. 5º, XXIII; 170, inciso III; 182, § 2º; 186, da CF.

Bem como aos indefectíveis mecanismos de proteção ambiental da propriedade, tais como a área de preservação permanente, previsto no art. 3º, inciso II; 4º e 6º do Código Florestal e, notadamente, a área de reserva legal, previsto no art. 3º, inciso III; 12, 14 e 16 do Código Florestal.

Outro fundamento por nós utilizados para justificar o nosso posicionamento, é o comprometimento do erário estadual.

Como Gideon Danni da Rosa mencionou, foi elaborado um convênio que empenhou cifras milionárias para dois projetos de assentamento rural, um no Município de Colniza e o outro no Município de Aripuanã.

Esses três milhões e setecentos mil reais utilizados, empenhados, melhor dizendo, se destinavam a esses dois projetos de assentamentos. Independentemente do número preciso utilizado, houve um gasto considerável de recursos públicos e essa justificativa foi muito incisiva em nos permitir adotar esse posicionamento de manutenção dos limites da Reserva Extrativista previstos na Lei nº 8.680/2007.

Proteger o erário estadual, pois foram realizados vultosos gastos no Convênio nº 57873775 para o processo de regularização de ocupação na área central da RESEX. Em outras palavras, o Parecer Técnico Jurídico tem o fito de tutelar o dinheiro público, já que foram empenhados vultosos recursos para serem aplicados no mencionado convênio, mais especificamente 03 milhões e 700 mil reais, investidos pelo Governo Federal 03 milhões e 300 mil reais, e estadual 370 mil reais.

Ponderações:

“De acordo com as particularidades do caso concreto, releva gizar a espécie de abuso de direito denominada de *venire contra factum proprium*, já que por intermédio do INTERMAT foi celebrado o Convênio mencionado alhures visando à regularização fundiária rural de 201.001ha com a execução de ações referente à medição e demarcação topográfica georrefrenciada do perímetro e das parcelas individuais na Gleba Guariba situadas nos Municípios de Colniza e Aripuanã, bem assim no Vale do Sonho no Município de Aripuanã.”

Eu vou explicar um pouco melhor essa situação.

Com o formato de ferradura previsto na Lei nº 8.680, de 2007, até sua declaração de inconstitucionalidade promovida pela ADI 15765, do ano de 2005, ou seja, houve o lapso temporal de 2007 a 2015. Nesse meio termo, o que o Estado fez?

O Estado celebrou convênio, regularizou algumas áreas, algumas áreas estão sendo licitadas pela Assembleia Legislativa, outras inclusive foram até escrituradas.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.

---

Lógico, temos que fazer um juízo de ponderação de que somente três áreas foram escrituradas - há mais ou menos uns 30 processos em fase de ocupação e alguns processos, cerca de uns dez, que estão em fase de licitação aqui na Assembleia Legislativa -, mas o nosso grande questionamento se refere não só aos investimentos diretos que foram realizados, mas ao gasto do dinheiro público que fora efetuado e também o grave comprometimento da segurança jurídica de inúmeras populações que residem naquela área e também nas suas proximidades.

Por isso, da análise do fato, eu tentei subsumir um instituto jurídico, que é a boa-fé objetiva do Estado e a segurança jurídica.

Uma das modalidades da boa-fé objetiva, qual seja, o *venire contra factum proprium*, tem respaldo no entendimento da jurisprudência nacional.

Eu só colacionei aqui alguns julgados, inclusive do ano de 2015, do STF e do STJ, para dizer que é algo que não foi pro mim inventado e sim a remansosa jurisprudência contribuída pela doutrina da mais alta qualidade que legitima esse entendimento.

A boa-fé objetiva e a segurança jurídica sob o viés subjetivo daqueles que acreditaram plenamente na intenção do Estado de Mato Grosso de promover a regularização e ocupação da área em discussão. Com efeito, inúmeras famílias ocuparam a faixa central da RESEX, algumas áreas, como eu disse anteriormente, está em fase de licitação na Assembleia Legislativa-ALMT, outras iniciaram o processo de regularização de ocupação e existem títulos que foram emitidos pelo INTERMAT na área mencionada.

O princípio da segurança jurídica possui aspectos objetivo e subjetivo. O viés objetivo se revela nos limites da retroatividade dos atos estatais, guardando conexão com a proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, previstos no art. 5º, XXXVI da CF. Sob a égide subjetiva, por outro lado, adstringe-se a proteção da confiança das pessoas em relação a condutas praticadas pelo Poder Público.

Eu acho que é aí que reside o erro do Estado. Ao intencionar, ao manifestar determinado comportamento, dizendo que aquela área seria submetida a um processo de regularização da ocupação, ou seja, seria destinado ao público em geral e num segundo momento ampliar os limites da reservar extrativistas.

Um detalhe que não foi mencionado ainda, mas possivelmente estará nas minhas explicações, é o de que com a ampliação da reservar extrativista, no termos do art. 18, § 1º, da Lei 9.985/2000, haverá necessariamente a obrigação do Estado em desapropriar aquela área. Ou seja, novamente o Estado vai ter que pagar por aquelas áreas.

Característica para o exercício da atividade extrativista da área da RESEX.

Com efeito, ainda que se leve em consideração o período diminuto da Lei 8.680/2007, de aproximadamente 138.092 hectares, é inequívoca a assertiva de que houve exponencial ampliação da proteção ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, insculpido no art. 225, da CF, se comparado com o perímetro previsto na Lei 7.164/99, de cerca de 57.630 hectares.

De acordo com as informações prestadas nas reuniões das Câmaras Setoriais Temáticas, a área em questão não mais possui a função ambiental necessária para a criação da RESEX Guariba-Roosevelt em virtude da exploração de atividades ligadas à pecuária e agricultura.

Então, qual é a razão jurídica para se ampliar a área de uma unidade de conservação que não cumpre a função ambiental constitucionalmente adequada?

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.

---

Mais uma vez eu insisto, essa opinião de diminuir os limites dessa reserva extrativista não passam para a clandestinidade, não passam pela ilegalidade, porque em nenhum momento o parecer técnico-jurídico se esqueceu de analisar essa questão sob crivo do Código Florestal, sob o crivo da reserva legal, sob o crivo da área de preservação permanente.

Com amparo na interpretação histórica da RESEX, ou seja, pegarmos desde o decreto 952/96 até o decreto atual 59/15 houve uma grande ampliação do perímetro da unidade de conservação de uso sustentável.

Inicialmente, nos termos daquele decreto, a Reserva Extrativista Guariba Roosevelt possui área de aproximadamente 57.630 hectares, localizada no Município de Aripuanã; o decreto 59/15, posteriormente, ampliou os seus limites, totalizando a área de 167.224 hectares.

O novo limite sugerido pelo parecer técnico-jurídico diminuiria as dimensões da unidade de conservação sob a apreciação quando em cotejo a área prevista no decreto e não da na lei 8.680/2007.

Basicamente foi essa a nossa apresentação de maneira sucinta. Lógico que aqui trago para a ilustração, jurisprudência do STF, do STJ, doutrina, e quem tiver interesse também já nos disponibilizamos para fornecer tanto o relatório preliminar quanto o parecer conclusivo sobre essa matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Dr. Carlos Filho e Dr. Gideon Danni da Rosa.

Convido os ilustres senhores convidados do dispositivo oficial para que retornem aos seus lugares.

Em seguida, gostaríamos de ouvir o nosso Secretário-Chefe da Casa Civil, já inscrito, até porque terá que se ausentar.

Em seguida, passo a palavra ao José Policena, ao Cledeimar, a Fátima Sandra e ao Deputado Pedro Satélite.

Informo que se alguém da plateia quiser se inscrever deve procurar o pessoal do nosso Cerimonial.

(NESTE MOMENTO OS DEPUTADOS ZÉ DOMINGOS FRAGA E PEDRO SATÉLITE DIALOGAM COM O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL PAULO TAQUES FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Dando continuidade a nossa Audiência Pública, passo a palavra ao eminente Deputado Pedro Satélite, Deputado da região Norte.

Quero, mais uma vez, agradecer e registrar a presença do eminente Deputado Oscar Bezerra, que tem uma atuação muito forte em Colniza, em especial na Gleba Guariba.

Com a palavra, o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE – Sr. Presidente, Deputado Zé Domingos Fraga; Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Paulo Taques, nas pessoas de Vossas Excelências cumprimento dos demais componentes da mesa.

Para ser bem objetivo, Dr. Paulo Taques, eu acho que é o grande momento de nós... É difícil reunir INTERMAT, INCRA e Ministério Público, para discutirmos isso e tomar um caminho.

Eu só quero dar a minha contribuição para que o senhor, principalmente, que às vezes pode não estar tão a par dessa questão de Quatro Reservas.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.

---

O que aconteceu? Em meado dos anos 70 para 80 houve uma colonização na cidade de Terra Nova do Norte e em torno de mil famílias receberam lá, não me lembro o número certo, vamos colocar duzentos hectares de terras - ok? -, com hectares eles ocuparam e estavam autorizados a ocupar, os outros cem hectares era uma reserva de condomínio, que deveria ser intocável, não deveria ser mexido.

O que aconteceu? Esses cem hectares que eram reserva foram ocupados nos anos 80. Ninguém proibiu, foram ocupados pacificamente, e o povo ocupou. Só que os parceiros que receberam essas terras, que já tinham problemas no Rio Grande do Sul, receberam documentos de duzentos hectares, com hectares de onde já estavam autorizados e cem hectares da reserva. Legalmente, eles deveriam ter cuidado da reserva.

Quem é que ia fazer isso?

Achou-se a alternativa de pegar esses 80.000 hectares no Município de Colniza e fazer ali essa reserva de condomínio. Isso não foi aceito, porque a reserva no Município de Colniza era uma reserva extrativista e não poderia ser, porque a Quatro Reservas, de Terra Nova, era uma área de mata intocável e não poderia ser mexida.

Então, só para os senhores entenderem, não tem mais como misturar Terra Nova com Colniza. Eu acho que isso mesmo.

Para se ter uma ideia, houve um decreto na época do Presidente da República, Ulisses Guimarães, tentando resolver essa questão da Quatro Reservas, esse decreto dele foi anulado e continuou do mesmo jeito.

Então, é um problema de mil famílias de um lado e mil famílias do outro.

Eu entendo que o Estado pode e deve tomar uma decisão, achar um parque nacional, um parque estadual, e essa reserva pode ser dentro do parque, porque ninguém vai poder mexer mesmo, e está resolvido.

Mas surgiu outro problema em Terra Nova. Os que têm o título de 200 hectares querem que o Governo pague os 100 hectares da reserva. Então, é uma confusão bem complicada.

Então, era só para dar essa contribuição. Eu entendo que aqui hoje deveria esquecer a reserva de condomínio do Município de Colniza e tratar das famílias que lá estão, algo em torno de 150 famílias, porque estão pleiteando uma área de 30 mil hectares, enquanto essas cento e poucas famílias seriam 1.000 hectares.

Eu gostaria que depois alguém, o próprio Cláudio, poderia fazer uma explicação do pleito, até para o Estado entender, Secretário Paulo, porque são duas questões: pleiteia-se 30 mil hectares, ou, mais necessariamente, de início, 1.000 hectares, que resolveria o problema dos pequenos produtores que lá vivem.

Nós defendemos também - acredito que o relatório do Deputado Zé Domingos Fraga defende - que esses 30 mil hectares, que já estão ocupados, deveriam ser retirados da reserva.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Deputado Pedro Satélite, que é conhecedor dos problemas da Quatro Reservas.

Aqui ficou bem evidenciado na apresentação dos técnicos que nós estamos discutindo a RESEX. Não se mistura mais.

Foi justamente a Quatro Reservas que causou essa confusão toda na RESEX.

Estamos querendo separar o joio do trigo. Então, estamos discutindo aqui o relatório final da Câmara Setorial com relação à RESEX.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Vamos continuar discutindo a Quatros Reservas? Vamos continuar discutindo. Mas vamos buscar alternativas, independentemente da RESEX. Quanto a isso, é ponto final, é um consenso entre todos os membros que fazem parte da Câmara Setorial.

Quero aqui registrar a presença do Dr. Ilson Fernandes Sanches, neste ato representando a Comissão de Direitos Agrários da OAB.

Sejam bem vindo, Dr. Ilson Fernandes Sanches. Muito obrigado.

Passo a palavra ao nosso querido Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Paulo Taques, e já de antemão quero agradecê-lo pela presença. Sei que o senhor é muito ocupado e mesmo assim, em função da importância do tema, está aqui para ouvir os técnicos e ouvir quem participa deste debate.

Com a palavra, o Secretário Paulo Taques.

O SR. PAULO TAQUES - Boa tarde a todos.

Infelizmente o nosso dia a dia não permite que participemos de todas as Audiências Públicas que a Assembleia Legislativa faz.

Eu tenho uma opinião e uma convicção de que poucos instrumentos dentro de uma democracia são mais efetivos e mais concretos no sentido de participação popular do que uma Audiência Pública feita no Parlamento. Infelizmente, eu não posso, não tenho condições de vir a todas, mas algumas eu faço questão de vir.

Eu agradeço ao Deputado Zé Domingos Fraga e o cumprimento por ter me convidado para vir.

Cumprimento o Deputado Pedro Satélite, o Deputado Oscar Bezerra e o Deputado Dilmar Dal Bosco, que estava aqui.

Fiz-me acompanhar do Procurador do Estado que atua na Casa Civil, Dr. Felipe, que está sentado ali, com toda a equipe que assessora a Casa Civil aqui no Parlamento, porque este é um tema muito complexo sob todos os ângulos que possamos enxergá-lo.

Pelo ponto de vista legal as questões de direitos foram muito bem postas aqui pelos doutores; pelo ponto de vista territorial trata-se de propriedade de solo; pelo ponto de vista ambiental, na medida em que se trata de uma reserva extrativista, todos esses temas o fazem complexo, mas tem um tema que o faz relevante, Deputado Pedro Satélite, ele envolve gente, esse tema envolve pessoas.

Eu já recebi na Casa Civil membros dessa comunidade extrativistas, já recebi na Casa Civil, sei das necessidades e dos anseios, e por que não dizer das angústias também, dos produtores rurais daquela região.

Eu sei, sou conhecedor, o Governador Pedro Taques é conhecedor, de todos esses temas e por isso esse tema merece toda a nossa atenção.

Está de parabéns o Parlamento, os Deputados que estão envolvidos nesse tema, Zé Domingos Fraga, Pedro Satélite e Oscar Bezerra, que atuam muito forte nesse assunto, O Deputado Oscar Bezerra tem falado comigo bastante sobre esse tema e outros que envolvem interesses de proprietários de propriedade rural.

O que eu quero dizer aqui, Deputado Zé Domingos Fraga, em nome do Governo é o seguinte: o que vi aqui, e aquilo que disse agora da complexidade do tema e do envolvimento de pessoas, do interesse de gente, de cidadãos, me autoriza a dizer que vamos aguardar esse trabalho que está sendo feito por esta Comissão.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.

---

Eu vou aguardar esse relatório porque vi que é um relatório sólido, feito com um embasamento técnico sólidos, consistentes, que levou em conta todas as circunstâncias que envolvem o tema.

Enquanto estava sentado ali, liguei para o Vice-Governador do Estado, Dr. Carlos Fávaro, que é o Secretário de Meio Ambiente, e ele me disse que a SEMA tem enviado técnicos e servidores até aquela região para constantemente monitorar o local, acompanhar, para que não haja nenhum tipo, e eu digo isso...

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA FORA DO MICROFONE COM O SECRETÁRIO PAULO TAQUES – INAUDÍVEL.)

O SR. PAULO TAQUES - Não tem ido?

O senhor está dizendo que não tem ido? *Ok*.

Eu digo isso porque nós precisamos tomar as cautelas para que não haja nenhum tipo de conflito lá. Não tem necessidade. Não há necessidade disso.

Falo isso olhando para os senhores que representam os dois lados. Não há necessidade disso.

A Assembleia Legislativa, o Poder Legislativo e nós do Poder Executivo vamos tomar providências para que isso não ocorra, para que possamos achar uma saída que seja de interesse de todos.

Então, eu aguardo o relatório que esta Comissão vai me enviar, depois de enviado eu vou pedir que o Governo por meio das Secretarias envolvidas nesse tema possam olhar esse relatório, apreciá-lo e fazer a suas manifestações com a urgência que o caso requer. Depois eu quero convidar os Deputados e quem mais for de interesse para tratar do tema para que nós possamos encaminhar isso e aí, sim, tomar medidas concretas para resolver.

Encerro dizendo o seguinte: assim como a Assembleia Legislativa está ouvindo a todos, o nosso Governo não vai tomar decisão, o Governador Pedro Taques não vai tomar decisão, sem ouvir a todos.

Eu termino do mesmo jeito que comecei, parabenizando a Assembleia Legislativa por promover debates como este.

Acho uma pena eu não poder participar de mais, porque aqui nós vemos a democracia em seu estado puro e o interesse do cidadão sendo apreciado, resolvido e encaminhado com a importância que o caso requer.

Fico aguardando o encaminhamento e depois, num segundo passo, uma reunião com os Srs. Deputados. Depois, aí sim, a tomada de decisão e ato concreto do que deve ser feito para que tudo seja resolvido sem que haja insegurança, sem que haja conflito.

*Ok?*

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Muito obrigado, Secretário, por suas palavras.

Vossa Excelência está liberado. Muito obrigado pela presença.

Leve o nosso abraço ao Governador Pedro Taques, em nome desta Câmara Setorial Temática.

Dando continuidade a nossa Audiência Pública, vamos ouvir um dos nossos dispositivos, até porque têm várias pessoas inscritas. Vamos ouvir um dos dispositivos e depois ouviremos o outro da plateia. Vamos fazer uma intercalação, até porque a Audiência Pública é para vocês.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Vou chamar de acordo com a ordem de inscrição.

Com a palavra, o Sr. José Antônio Policena de Souza, Presidente da Associação do Projeto Filinto Muller Guariba-Roosevelt.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO POLICENA DE SOUZA – Muito boa tarde a todos os senhores Deputados.

Essa é uma situação que faz tempo que pedindo para os Srs. Deputados que fazem as leis, mas, infelizmente, pode ser que agora, daqui para frente saia. Contamos com a presença e colaboração dos senhores porque nessa reserva tem um órgão que se chama SEMA que está colocando o povo ribeirinho contra o povo do Guariba. Isso está acontecendo faz tempo.

Eles fazem esses estudos técnicos que falam, nem vão a região tomar conhecimento do povo, não vão ouvir o povo.

Então, Srs. Deputados, são coisas tristes e o povo que lá se encontra não tem nenhum incentivo, não tem nada naquela região.

Se nós pedimos um incentivo ao Prefeito, não tem; se pedimos um incentivo, não tem onde; aonde vamos batem-nos a porta na cara.

Estamos pedindo migalhas. Pelo amor de Deus, vejam se os senhores nos olham nessa região.

Na margem esquerda do rio tem mais ou menos, só ali perto do perímetro urbano, umas 70, 80 chácaras que deveriam hoje estar com agricultura familiar, produzindo coisas para dentro da cidade, mas não têm nenhum incentivo e agora, com essa reserva que foi ampliada, engoliu tudo. Não tem mais o que fazer.

Então, os senhores vejam essa situação, porque eu chego lá e falo para o povo... Nós vimos tão esperançosos, andamos 1.300 quilômetros, vimos esperançosos e voltamos triste daqui, porque não vemos um incentivo de nada, não vemos uma coisa, uma luz que se ascenda. Então, vamos nos indignando, o pessoal lá.

Nesta reunião de hoje deveria ter vindo umas 40, 50 pessoas. Ninguém quis vir. Não adianta. Não é por não ter dinheiro, mas porque não adianta: vai lá só ouvir blá-blá-blá e não vai resolver nada. E hoje estamos aqui três, quatro pessoas. Então, é uma coisa que... As reuniões que foram feitas no passado, eu mesmo participei de quatro reuniões, dizem que foram 15 reuniões, eu só participei de quatro, nós vamos enojando dessas coisas.

Nós queremos que na margem esquerda do rio, onde tiver mata, que fique essa reserva.

Fala-se de Códigos, de leis, eu não manjo nada, não sou jurista, não manjo nada disso, mas, para ser mais comum, onde tem mata na margem esquerda do rio, 200, 300 metros do rio, que fique a reserva. Não só os 110 metros de distância do rio, mas onde tiver mata que fique a reserva, onde tiver capim... Porque todo ano vai ter gente que vai por fogo lá e ninguém preserva nada. E vai ficando cada vez pior a situação.

Os senhores aproveitem e vejam isso, porque na margem direita do rio, que deve ter uma reserva grande lá, porque nos afastamos para não nos envolver, para resolver a margem esquerda, porque na margem direita o pessoal também queria fazer um assentamento da agricultura familiar, mas não foi possível.

Se não tiver jeito de liberar a situação da margem esquerda, com certeza a população vai entrar na margem direita do rio e os senhores verão a coisa pegar.

Tenho dito!

Muito obrigado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Sr. José Policena. Muitas vezes entendemos sua indignação, porque o Estado realmente demora a tomar decisões.

Tenha certeza que Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Pedro Satélite, na pessoa do Deputado Dilmar Dal Bosco, do Deputado Oscar Bezerra, do Deputado Zé Domingos Fraga e de outros Deputados que têm compromisso com o tema vão buscar desdobramentos. Não vai ficar só nesta Audiência Pública, vamos continuar trabalhando para que possamos realmente proporcionar segurança jurídica para todos e continuar preservando a RESEX.

Dando continuidade a nossa reunião, quero convidar a Sr<sup>a</sup> Eliana Fachin, servidora da SEMA, Superintendente SEMA, membro titular desta Câmara Setorial.

A SR<sup>a</sup> ELIANA FACHIN - Boa tarde a todos.

Cumprimento a mesa em nome do Deputado Zé Domingos Fraga.

Na verdade, quero fazer três esclarecimentos.

Fizemos parte desta Câmara Temática neste um ano praticamente de trabalho, o que os nossos colegas da Câmara aqui apresentaram foi um resumo, bem resumido por sinal, no qual foi enfatizada a aplicação do recurso do Estado, mais de três milhões, na questão da demarcação pelo INTERMAT, mas não foi enfatizado o quanto o Estado investiu para os estudos que foram citados, que nunca foram feitos, os estudos técnicos para a criação dessa Reserva Extrativista, recursos do próprio Estado de Mato Grosso, recursos de projetos oriundos que o Estado de Mato Grosso captou, inclusive de fora do Estado. Se somarmos aqui, são mais de 10 milhões aplicados nesse período da criação, mais ou menos de 96 até hoje - isso num cálculo muito geral.

Então, também houve gasto público do Estado e de outros para a criação e implantação dessa Reserva Extrativista, seja ela na delimitação primeira, em áreas públicas do Estado, que eram áreas indicadas pelo próprio Estado para fins de criação de uma unidade de conservação. Também foram realizados inúmeros estudos, e um grande estudo, que identificou onde a área tinha que ser ampliada, onde era área das colocações dos extrativistas, isso à época, em 1996, e nós estamos em 2016.

Se olharmos a dinâmica, o uso e ocupação do solo daquela época e de agora, é completamente diferente. É verdade.

Eu concordo com o Secretário da Casa Civil que todas as partes devem ser ouvidas, todas as coisas devem ser ponderadas, todos os usos também, desde que leve-se em conta o gasto público das duas áreas na balança; segundo ponto, desde que leve-se em conta o interesse de todos os atores que vivem na região e têm direito de uso, de ocupação, e assim por diante; e que qualquer lei, qualquer projeto que venha ser proposto seja levado em conta, porque, se tivesse sido levado em conta, nem as quatro reservas tinham sido atreladas à unidade de conservação naquela época e não estaríamos aqui hoje, não teríamos passado anos e anos discutindo, tentando definir uma nova posição da reserva extrativista e da situação das quatro reservas, que é legítima, tem que ser resolvidas. As pessoas têm direito também, assim como os extrativistas também, que estão lá há mais de cem anos também, vieram com os soldados da borracha.

Outra coisa, só um lembrete, a ocupação das áreas naquele meio ao qual estamos nos referindo aqui, que saiu e voltou, e assim por diante, o INTERMAT apresentou na Câmara o tamanho das áreas. Não são áreas da agricultura familiar. São áreas em média de quinhentos hectares para cima.

Dessas áreas, três são escrituradas, somente três escrituradas. As outras estão em processo de, ou seja, ainda é área pública do Estado.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.

---

Quanto à indenização das propriedades, indenização dos proprietários, ou de quem tem o direito de boa-fé, se tem o direito, não pode por na balança ainda. Não é escriturada. É área pública do Estado de Mato Grosso.

Então, eu queria só levantar e identificar esses pontos, para que nós também tenhamos esse conhecimento.

Eu sei que o nosso tempo também é exíguo, sei que foi feito um esforço grande da Câmara Temática, dos nossos colegas para sintetizar e apresentar isso, então, eu queria só ponderar isso para todos que estão presentes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Dr<sup>a</sup> Eliana Fachin, pela sua participação, não só na fala, mas, acima de tudo, contribuiu muito para que chegássemos a esse relatório final.

Dando continuidade, eu quero ouvir agora a dona Fátima Sonoda, Superintendente de Biodiversidade da SEMA.

Com a palavra, a Sr<sup>a</sup> Fátima Sonoda.

A SR<sup>a</sup> FÁTIMA SONODA – Boa tarde!

Estou ocupando o cargo de Superintendente de Biodiversidade da SEMA e tenho acompanhado o trabalho da equipe da SEMA nesta Câmara Temática.

Eu gostaria de lembrar que o Estado de Mato Grosso, em 1996, implementou o PRODEAGRO, que é o Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso, um empréstimo de 280 milhões de dólares na época.

Uma das condições do PRODEAGRO, que foi um projeto de trouxe grande desenvolvimento aqui para o Estado, era identificar áreas devolutas do Estado para a criação de unidades de conservação.

A Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt foi a primeira unidade de conservação criada após a identificação de terras pelo INTERMAT, identificada e arrecadada pelo Estado. Então, isso faz parte, é cláusula contratual do Governo do Estado de Mato Grosso com o PRODEAGRO, projeto esse que foi federalizado e é pago por todos nós contribuintes brasileiros.

Aqui também disseram na reunião, e eu entendo a situação do pessoal da Quatro Reservas, mas também os extrativistas vieram para essa região atendendo um chamamento da União para a produção da borracha para a segunda guerra, e foram esquecidos - não é?

O Estado de Mato Grosso, dentro da Amazônia Legal, é o Estado que possui o menor contingente de extrativistas tradicionais.

A Universidade Federal de Mato Grosso estudou, levantou e tem um grande acervo de informações sobre esses extrativistas que ali estavam.

O que não podemos nos esquecer é que para fazer o manejo de uma unidade de conservação é necessária a regularização fundiária.

A reserva extrativista, quando foi criada, o primeiro formato dela estava 100% numa área pública. O que aconteceu é que os extrativistas moram nas margens do Rio Guariba e do Rio Roosevelt. Então, sempre foi uma intenção do Governo do Estado, da SEMA, colocar os extrativistas dentro desse desenho, desse perímetro, para que se tivesse uma segurança para desenvolver os seus trabalhos.

É fácil observar nos mapas de ampliação das unidades de conservação, que é a área onde os extrativistas, as colocações, estão situadas é praticamente impossível se viver do extrativismo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

As áreas onde eles fazem a coleta, como bem lembrou a Eliane Fachin, a de castanha, - seringa ainda encontra alguma coisa - estão fora.

Outro ponto negativo em relação a essa ampliação de reserva extrativista que nós falamos é que nós trocamos uma área pública por uma área privada. Está todo mundo falando aqui que vamos ter custos, que o Estado investiu para fazer a regularização daquela faixa central. Ele vai ter custo também para fazer a regularização da parte de cima, porque aquilo ali é tudo área privada. Então, nós estamos trocando seis por seiscentos. Quer dizer, o Estado é sempre um grande pai. Então, ele vai pagar por uma área pública onde foi feito um assentamento tendo sido revogada a unidade de conservação e agora vai ter que pagar também para que essas pessoas possam ter tranquilidade e ter uma unidade de conservação onde possamos realmente fazer um desenvolvimento sustentável.

Para encerrar, eu gostaria de lembrar o compromisso do Governo do Estado de Mato Grosso feito na COP 21.

Eu acho que vocês conhecem a estratégia PCI - produzir, conservar e incluir.

Nós estamos aqui falando de um compromisso internacional feito com o Governador e ele está conclamando toda a sociedade, não só os órgãos de Governo, mas toda sociedade para participar no alcance das metas dessa estratégia.

A meta da conservação é que o Estado de Mato Grosso possui 60% ainda de florestas intactas e o Governo de Mato Grosso se comprometeu a criar condições para que haja desenvolvimento e não percamos nenhum hectare dessas florestas intactas.

Então, agradeço a oportunidade, lembrando desses compromissos que o Estado de Mato Grosso assumiu junto ao Banco Mundial de um empréstimo que estamos pagando, de um compromisso que fez na COP 21, para que possamos alcançar o desenvolvimento que todos almejamos.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Dr<sup>a</sup> Fátima por sua participação.

Eu quero convidar o Deputado Nininho para que possa fazer parte do nosso dispositivo.

Em seguida Vossa Excelência assumirá a Presidência desta Audiência Pública.

Convido agora o Deputado Oscar Bezerra para fazer uso da palavra.

O SR. OSCAR BEZERRA - Sr. Presidente Deputado Zé Domingos Fraga, todos os membros, Prefeito Esvandir Antônio Mendes (Vando), do Município de Colniza, que está presente, Deputado Nininho, Deputado Pedro Satélite, representantes da SEMA, público em geral, moradores daquela região que se fazem presentes.

Eu ouvi, Deputado Zé Domingos Fraga, agora há pouco o Chefe da Casa Civil no entendimento de que irá receber esse material para fazer uma avaliação no sentido de resolver esse problema, problema que foi criado na tentativa de acertar, mas foi equivocado naquela mudança da reserva. Enfim, não vamos entrar mais nesse mérito porque está superado esse tema.

Mas o fato é o seguinte, Deputado Zé Domingos Fraga...

Eu gostaria que as Taquígrafas não registrassem como Deputado Oscar Bezerra, porque estou licenciado, estou aqui como cidadão do Estado de Mato Grosso e representante também da cidade de Colniza. Pode me incluir como cidadão de Colniza, não como Deputado, em função da licença.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Mas nós temos aqui, Deputado Zé Domingos Fraga, uma atribuição desta Casa, obviamente estamos levando pelo caminho da discussão, buscando entendimento, respeitando uma boa composição, ou seja, chegarmos a um denominador comum.

Mas quero também, depois de entregue esse documento à Casa Civil, de deixar uma proposta, Deputado Zé Domingos Fraga, à Câmara Setorial Temática. Se a Casa Civil de repente não avançar com a celeridade que precisamos no Guariba para resolver definitivamente esse tema, o Poder Legislativo propor a sustação do Decreto do Governo do Estado de Mato Grosso, porque nós temos essa prerrogativa.

Eu tenho certeza que com uma boa conversa teremos a unanimidade dos Deputados no sentido de sustar o decreto que criou aquela reserva no meio e aí, sim, irmos para um entendimento com Governo para que ele elabore uma lei que regulamente na forma antiga, na forma de ferradura, preservando todas as pessoas ao lado, ao longo do tempo, em cima daquela propriedade.

Eu ouvi aqui a representante da SEMA dizendo que não tem área titulada, que apenas três áreas tinham sido escrituradas.

No Estado de Mato Grosso, doutora, se a senhora achar um palmo de terra de Estado de Mato Grosso que não esteja ocupado, conte-me, porque eu desconheço.

Todas as áreas deste Estado têm dono.

O Estado incentivou todo mundo a adentrar nas propriedades

A regularização fundiária não ocorreu ainda porque o Estado é incompetente, o INTERMAT é incompetente, não trabalha conforme tem a demanda, senão todo mundo já tinha a titulação. Inclusive essas pessoas que lá estavam, que hoje... Tipo: "Ah! Não tinha ninguém lá. Nós criamos a reserva porque só três tinham escritura". Mentira! Tem um monte de gente lá que é proprietário de longa data naquelas áreas que não tiveram a oportunidade ainda da regularização fundiária.

Portanto, sou parceiro incondicional, Deputado Zé Domingos Fraga, da Câmara Setorial, dessa proposta que foi levada para rever o erro cometido na criação desse decreto agora. Vamos rever isso. Se não for possível, se o Governo não abraçar a causa, vamos propor um Decreto Legislativo sustando os efeitos do Decreto do Executivo até que ele regulamente por lei o que automaticamente fará justiça com quem está querendo plantar, produzir e muitas vezes o Estado está atrapalhando.

Eu tenho certeza de que foram passadas informações erradas quando foi assinado aquele decreto em 2015, porque o Governador Pedro Taques não é de fazer injustiça com nenhuma família deste Estado. Ele será defensor da correção que precisa ser feita.

Deputado Zé Domingos Fraga, eu peço desculpas, mas eu tenho que sair, porque tenho um compromisso com minha família agora.

Obrigado a todos que vieram.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Deputado Oscar Bezerra.

Com certeza esta comissão, como já disse, não vai parar nesta Audiência Pública e contamos com o apoio de Vossa Excelência, do Deputado Pedro Satélite, do Deputado Dilmar Dal Bosco e do Deputado Nininho para que possamos continuar caminhando em busca da segurança jurídica, ter a preservação do meio ambiente da RESEX, mas realmente fazendo justiça.

Dando continuidade agora, convido o Sr. Cláudio Back, produtor rural da Gleba Guariba.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

O SR. CLÁUDIO BACK – Boa tarde, senhores Deputados e demais presentes!  
Eu gostaria de perguntar a cada um dos senhores aqui: quem aqui já foi em Guariba?

Poderia levantar a mão, por gentileza? Correto.

O que me traz aqui é a seguinte questão: pedir aos senhores Deputados e demais autoridades para que ajam com bom senso e equilíbrio, ambas as partes, ouvindo todas as partes para uma decisão equilibrada.

Conhecemos os ribeirinhos, temos que respeitar os direitos deles, sou extremamente a favor, assim também como tem que respeitar o nosso direito de produtores rurais e chacareiros que vivemos lá.

Cada um vive tirando sustento de sua família. Hoje lá se encontra senhores, senhoras, crianças de colo.

Já teve caso de polícia, SEMA, retirar aquele pessoal que está ali. A reserva entrou na cidade. Se for olhar, o destacamento da polícia está dentro da reserva.

Então, venho pedir o seguinte: a margem esquerda do rio, como falamos com o Deputado Pedro Satélite, está dentro da cidade. Não tem como.

O que nós propomos? Que se respeite. Não está desmatado até a beirada do rio. Lá tem trezentos, tem lugar que tem quinhentos, tem lugar que tem mil metros. Mas aqueles lugares onde tem as chácaras, que as pessoas moram ali e tem direito também, assim como o ribeirinho também tem...

Não existe! Se vocês forem a Guariba conversar com os ribeirinhos, eu levo lá, se vocês conversarem com o Ailton, com o Raimundo, com o senhor Vavá, o senhor Teca - conheço todos eles -, não há discórdia em momento algum.

Nós sentamos de igual para igual e eles falaram: “Cláudio, vocês também tem que brigar pelos direitos de vocês”.

Entenderam? Não existe lá questão de desavença, não. Nós não estamos invadindo a área deles, nem eles a nossa. Nós respeitamos a área deles, somos parceiros, e eles a nossa. Entenderam?

Quero deixar essa questão bem clara.

Quero também convidar os Deputados para irem fazer uma vistoria lá. Vão lá olhar quem realmente está lá e ver a situação real, porque criar uma lei é fácil, agora ir lá na realidade é outra!

Muitos falam de Guariba e nunca conheceram, não têm os filhos deles estudando em condições precárias, não têm os filhos com uma saúde bem arcaica e estradas também precárias. Quem foi lá já viu.

Então, venho pedir aqui também que se respeite a questão dos chacareiros, o perímetro da cidade e também ampliação, porque pegou muitas pessoas que moram lá há muitos anos. Eu conheço pessoas que moram, estão lá dentro há vinte anos. Por mais que talvez não tenham um título, que o INTERMAT não expediu, porque naqueles 03 milhões e 300 mil, 03 milhões e 700 mil tem lote, muitos lotes, foram cortados e mais da metade saiu com tudo errado, com CPF errado, com nomes errados. Foi feito um trabalho péssimo.

O que venho pedir é respeito.

Acho que dá para caminharmos em parceria, respeitar o pessoal extrativista, mas também respeitar os produtores rurais que lá estão, sejam na área de quinhentos hectares, seja na área de chacareiro também, principalmente os chacareiros na cidade, porque hoje estamos lá e a

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.

---

reserva está dentro da cidade, pega o destacamento policial, a BR cruza e de um lado está tudo dentro da reserva.

E aí? Acho que temos que usar de bom senso também e respeitar a todos.

Eu acho que a há igualdade na lei, todos são iguais perante, a lei e que todos possam caminhar em harmonia para não haver desavença, não haver desigualdade.

Então, eu acredito que é possível fazer isso. Peço que dêem continuidade nesse processo ouvindo todas as partes para chegar a um consenso e assim achar a melhor saída possível para todas as partes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Muito obrigado, Sr. Cláudio Back. Obrigado pela sua participação.

Dando continuidade, convido o Presidente da Câmara Setorial Temática, Sildemar Ziezkowski, o polaco!

O SR. SILDEMAR ZIEZKOWSKI – Obrigado, Deputado Zé Domingos Fraga, na pessoa de quem quero cumprimentar os outros Deputados que compõem a mesa.

Superintendente; Prefeito Municipal; Sr. Catarino, representando os produtores; Procurador Carlos Dornellas, colega incansável da Câmara, e todos os membros da Câmara Setorial Temática que estão aqui presentes.

Quero agradecer pela confiança por terem me escolhido como Presidente.

Busquei, de forma harmônica e democrática conduzir todas as reuniões desta Câmara, que foram inúmeras, e, de maneira ímpar, todos os membros se dispuseram a participar, dando sua contribuição para que possamos hoje ter a oportunidade de apresentar o relatório final desses trabalhos, com muita responsabilidade, com muito trabalho, declinado em cima de todos os documentos que foram apresentados, respeitando a todos que participaram.

Quero agradecer a presença dos nossos amigos de Colniza que hoje estão se fazendo presente.

Como disse um membro da Câmara Setorial Temática numa oportunidade, numa reunião, meu colega Alexandre Batistela, que está aqui presente, todos lá têm seus direitos e para mim ficou evidenciado no relatório que hoje foi apresentado de forma muito responsável, consolidado pela ideia que o Secretário Paulo Taques apresentou: a solução vai ser dada de forma que se preserve o direito de todos.

Isso é o que nós, do fundo do meu coração, desejamos. Tenho certeza que todos aqui têm esse mesmo sentimento, porque nós temos o dever de dar uma contribuição pessoal para este Estado que nos recebeu, e isso temos feito muito.

Quero dizer a todos os presentes que de imediato estaremos copilando toda documentação, todos os relatórios, em especial este, para a Casa Civil, para que a Casa Civil possa tomar as atitudes que o Secretário ora apresentou, de dar, com celeridade, como pediu o Deputado Oscar Bezerra, nesta ocasião representando os moradores de Colniza, para que com celeridade a Casa Civil tome todos os encaminhamentos necessários e as decisões que possam vir a serem deliberadas pelo Poder Executivo, porque nós, membros desta Câmara Setorial Temática, temos somente do condão de diagnosticar, avaliar, discutir, propor e sugerir medidas, mas o ato derradeiro, final, que vai por fim à lide ou à divergência, resolver de imediato o problema é, sim, do Poder Executivo. E assim aguardamos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Então, eu quero agradecer e dizer que estaremos acompanhando o desfecho por parte do Poder Executivo dessas ações, através da Câmara Setorial Temática, que continua seus trabalhos analisando a questão da Quatro Reservas.

Eu, na qualidade de Presidente, vou contar com o apoio de todos os membros, do corpo técnico jurídico, para que possa compor junto à Casa Civil para o melhor entendimento e o melhor desfecho dessa questão.

Quero agradecer, em nome do Alexandre Batistela, que está aqui presente, membro assíduo da Câmara, a todos os membros que compuseram e vieram aqui dar sua contribuição.

Muito obrigado, Alexandre, em nome seu agradeço a todos.

Quero em especial fazer um agradecimento ao Gideon Danni e ao Carlos Dornellas, que de maneira incansável, subsidiaram a confecção desse relatório e, diga-se de passagem, primando pela responsabilidade profissional, característica peculiar desses servidores desta Casa, que me orgulho, Deputado, de pertencer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Sildemar Ziezkowski, Presidente da Câmara setorial.

Dando continuidade, temos mais duas pessoas que vão fazer uso da palavra, o Alexandre Batistela, membro desta Comissão e servidor da SEMA, em seguida, Nino de Loreto, representante dos moradores de Guariba.

Então, com a palavra, o Sr. Alexandre Batistela.

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - Inicialmente, agradeço a oportunidade desta discussão de uma problemática tão grande e em nome de toda a sociedade de Mato Grosso peço uma salva de palmas para os nossos Deputados que estão fazendo algo à luz da sociedade e da democracia.

Não são mais ações isoladas, porque antes se discutia limites de áreas protegidas em Mato Grosso dentro de um gabinete a duas, três mãos, não com tantos critérios democráticos, isso mostra a transparência e uma tentativa de se colocar à luz interesses tão distintos sobre o mesmo território, porque para cada um, até virou o jargão durante a Câmara, todas as indicações são justas.

O que está acontecendo em relação à Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt? São vários atores com olhares distintos, com interesses legítimos sobre um mesmo território, que muitas vezes não têm o mesmo caminho, são antagônicos. Esse é o grande ponto de equilíbrio ao qual temos que chegar.

Então, inicialmente quero agradecer muito, Sildemar, Carlos e Gideon, que deram suporte para todos os membros da Câmara Setorial.

Quero trazer à luz alguns pontos que aparentemente, até pela pressa pelo tempo que tínhamos inicialmente, principalmente os representantes do bem coletivo que estão presentes, representantes do Ministério Público aqui presentes hoje, a área que está em questão, em litígio aqui, infelizmente, é um bem público e normalmente bem público todos querem. Então, o que está em discussão, os sítios que estão em questão, que falam que a reserva foi aumentada para dentro da Vila do Guariba, foi lançado isso à luz na Câmara e foi refutado terminantemente, com critérios técnicos, peças técnicas, demonstradas que a RESEX nunca avançou um palmo desde a sua criação para dentro da Vila do Guariba.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Venderam isso para o nosso digníssimo Governador do Estado quando ele esteve numa Audiência Pública lá na localidade, que a RESEX tinha sido ampliada e inviabilizava a Vila do Guariba. Não!

Disseram que eram pequenos produtores familiares que ocupavam as chácaras, cada hora um número diferente: 50, 70 e tal. Foram levantados, de casa em casa, e identificadas as atividades que tinham dentro desses sítios.

Adivinhem quantos são de agricultores familiares comprovadamente? Três!

Têm empresários, dono de posto, dono de mercearia, pessoas que nem vivem na área, que criam gado em áreas de APP, área que foi reserva extrativista desde o primeiro ato e área de domínio público - ela nunca deixou de ser pública.

Esse trecho que é reivindicado pelos sitiantes que se dizem, na sua grande maioria, que é um direito de reivindicação, mas isso está nos autos, em todos os documentos, foi encaminhado, houve ações, foi feito levantamento individualizado, de cada um.

Outro ponto, de novo de reivindicação de domínio de área pública. De novo, voltando, é público, não tem dono.

A área que se falou aqui inicialmente, o representante do assentamento, dos colocados do Guariba, o que ele colocou? Colocou que foi tentado um projeto de assentamento da outra margem do rio. Essa outra margem do rio sempre foi área pública.

O que acontece? Pré-candidatos... Quanto a isso, Deputado, temos que ter muito pé no chão neste momento, estamos em pré-eleição, e, então, pré-candidatos, já no ano passado venderam a idéia: invadam esse território público, arrecadado pelo Estado, não era área solta, abandonada, como a Fátima lembrou foi um pré-requisito para o Estado pegar recursos para fazer as grandes malhas viárias de escoamento do Estado, foi um condicionante pegar essas áreas e destiná-las para a conservação, se abria estradas, abria áreas e em contrapartida em áreas alvos de conservação se guardaria essas áreas.

Então foi o quê? Vocês ganham dinheiro para infraestrutura, mas vocês protejam territórios.

O que aconteceu? Em maio do ano passado, ainda debaixo de água, quem vive lá sabe que no ano passado estava debaixo de água ainda, veio denúncia, e nós numa operação que fizemos em início de maio apreendemos 400 toras de madeira, equivalente a 60 caminhões Julieta - não sei se vocês já ouviram falar o que é um caminhão Julieta, um caminhão truncado com uma carretinha atrás - nessa área que já estavam desmatando. Pior ainda invadindo território indígena. O IBAMA apreendeu mais 150 toras prontas para serem esquentadas em manejos fraudulentos e, ressaltando, fazendo manejo floresta existem muitos produtores que são direitos, e esses poucos penalizam essas pessoas.

Então, de novo, área pública sendo roubada, vilipendiada. A madeira estava toda pronta. Isso dá mais de dois mil metros cúbicos de madeira de lei, que seriam esquentadas e entrariam no mercado.

Isso, de novo, tudo na tentativa de legitimar ocupação indevida dentro de uma área que é unidade de conservação, sim. A área que tem relevância, que tem estudos que demonstram que não servem mais para nada que não seja para conservação.

Mais outro ponto, que eu acho que, como passou rápido, esqueceram de comentar, a Fachin comentou inicialmente, o Deputado licenciado Oscar Bezerra teve que sair, só para esclarecer a ele de novo, aquela área do meio é uma área pública, arrecadada originalmente, como Fátima Sonoda comentou aqui, e reforço o que ela colocou, para se tornar uma unidade de

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.

---

conservação para proteger não só bichinhos, que até falam “ecochatos”. Não. O modo de vida da única população tradicional reconhecida neste Estado com direitos e com território assegurados.

O produtor ali falou que não tem nenhum problema com os ribeirinhos. Isso é muito bom. Eles não têm mesmo nada contra os senhores, mas eles também deixaram claro junto à Comissão, entregaram documentos oficial que foram juntados na nossa Câmara Técnica, que foram levados em consideração no Parecer final, além disso, em reunião com nosso Secretário-Chefe da Casa Civil, com o próprio Governador do Estado, eles deixaram bastante claro que o limite que garante o mínimo de sustentação, sustentabilidade e perpetuação do modo de vida dessas pessoas é o limite que está posto hoje no decreto, que inclui áreas públicas.

Entendam isso, pessoas, o que nós estamos aqui discutindo é apenas uma coisa, é a destinação de áreas pública para indivíduos. Aí é o ponto que pega. A área que está em questão aqui, que é a área do meio que se comenta, que é aquela área que voltou novamente à RESEX, constitucionalmente nunca deixou. É um pré-requisito constitucional.

Arrecadação de qualquer área pública tem três critérios. A Constituição diz, o Carlos aqui, nosso Procurador, sabe mais isso que ninguém, é advogado.

O que acontece? Primeiro, para populações ancestrais, indígenas. Qualquer área pública só pode ser, primeiro, para isso. Segundo, para unidade de conservação. Se não serve, se não tem pré-requisitos para isso, vai para a terceira, que é, primeiro critério, posse mansa e pacífica na área ou posteriormente leilão, vendas a interessados pela área.

O que temos naquele lugar? Desde o primeiro estudos de áreas prioritárias para conservação do Sul da Amazônia Legal Brasileira, área estratégica para conservação. Então, qualquer ato a partir de hoje que venha a excluir as áreas públicas do interior da reserva extrativistas é inconstitucional, vai ser de novo objeto da ADIn, como já foram duas vezes.

Precisamos ainda entender outro ponto. Inicialmente foi colocado que eram pequenos produtores agricultores familiares que estavam reivindicando a titularidade nessa área do meio. Isso foi levado ao nosso Governador do Estado, que solicitou um levantamento e os técnicos do INTERMAT fizeram esse levantamento.

A que conclusão se chegou? Dessas áreas, apenas três áreas estão dentro do tamanho de áreas para pequenos agricultores familiares. O que são 60% desses territórios públicos reivindicados? São grandes propriedades com mais de quinhentos hectares.

Isso não é agricultura familiar. Tem título sendo reivindicado ali de mais de mil hectares. Isso eu acho muito importante vir à luz.

Finalizando a minha fala, um ponto que eu achei, como membro da Câmara, me senti um pouco deslocado, que o que foi apresentado aqui hoje não foi o relatório final votado pelos membros. Os membros que estão aqui, eu acho que a maioria concorda com o que estou falando, e quem não concorda pode até se manifestar, o que foi apresentado aqui hoje foi a proposta inicial levantada pelos técnicos de apoio à Comissão, não é o resultado final.

Então, eu acho que isso é importante vir à luz, porque um processo.

Como eu coloquei, todas as reivindicações, Deputado, são legítimas. Mas o que nós precisamos lembrar é o bem coletivo e, principalmente, garantir um modo de vida da única população tradicional e, longe de jogar pessoas contra pessoas, não estimularmos a grilagem, não estimularmos conflitos territoriais.

Encerro a minha fala e mais uma vez agradeço e elogio o trabalho de todos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Alexandre Batistela.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Eu não poderia deixar de dizer, Alexandre, que em momento algum os técnicos da Comissão, tão pouco o autor do requerimento tentou jogar ninguém contra ninguém.

Na fala do Gideon ele disse que essa era a posição do relatório da comissão, que inclusive foi derrubada, não foi aprovada pelos membros da comissão. É um relatório conclusivo, mas a maioria da comissão inclusive o rejeitou, mas nós tínhamos que apresentar o relatório.

Então, não há nenhum tipo de engodo, ninguém está querendo jogar ninguém contra ninguém, mas nós precisávamos apresentar o relatório, como foi consignado, mas já foi bem dito aqui pelo Gideon, acho que o Sidelmar também disse, que esse relatório de fato não foi aprovado.

Dando continuidade, convido o Sr. Nino de Loreto, que também é um dos representantes da Gleba Guariba, para usar da palavra.

Em seguida, ouviremos o Deputado Nininho, último inscrito, também chegou por último. Em que pese ser o 1º Secretário, vai falar por último.

O SR. NINO DE LORETO – Eu quero cumprimentar o Deputado Zé Domingos Fraga, Presidente desta Comissão, e em seu nome cumprimentar todos da mesa.

Cumprimento os senhores e as senhoras presentes nesta tarde muito proveitosa.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de vir à tribuna para esclarecer alguns detalhezinhos.

Primeiro, eu quero dizer para a Comissão, Presidente, que o Guariba nasceu do Projeto Filinto Müller, nos anos de 80.

Prestem bem atenção!

Nessa faixa do meio, tão disputada hoje, em 80 estava assentadas famílias que vieram do Paraná, de uma enchente de uma hidrelétrica lá do Paraná. Está lá a família Correa. Nos anos de 84/85 o INTERMAT foi lá e fez o cadastramento dessas famílias nessa faixa do meio, bem fixado. Nessa faixa do meio estão as famílias - a dona Solita – e isso foi apresentado na Comissão, documentos devem estar na Comissão, a dona Solita apresentou, veio vistoria do INTERMAT, inclusive para dar a titulação, mas o Estado nunca conclui. É como essa de agora. Nunca conclui. Ela começa e não termina.

O cliente, o produtor, vem ao Estado, se cadastra e fala: “Eu quero regularizar. Eu não quero ficar na informalidade. SEMA, eu estou me apresentando.” Mas as coisas demoram a serem concluídas. Não vamos entrar no mérito.

Então, eu quero dizer que em 1997 foi criada a reserva em cima disso.

Cadê o Presidente do... Isso em 97 foi uma briga. Tentaram tirar e mesmo assim o Estado manteve a reserva, aquela de 57.000 hectares.

Pois bem, o Guariba perdeu, a população foi se dizimando.

Em 2007, fato é que todo mundo está aí, com todo respeito aos representantes da SEMA e do Meio Ambiente, que estão fazendo o trabalho deles, mas que fique bem claro que a reserva era de 57.000.

Com tudo isso, Prefeito, sabe quanto o Município de Guariba perdeu com essa brincadeira? De 57.000 para 130.000 hectares. Ninguém está reclamando que volte aos 57.000. Está sendo mantido.

O Município de Guariba, Prefeito, perdeu em área. Os guaribenses perderam! E ninguém está contra isso.

Essa do meio já era habitada, minha querida.

(MANIFESTANTE FALA DA PLATEIA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

O SR. NINO DE LORETO – Sim. Os Corrêa estão lá.

Se alguém me desafiar a fazer uma Comissão, vai lá ver que eu não estou mentindo.

Têm companheiros aqui. Eu não estou mentindo. Não estou querendo mudar a verdade. Nós estamos querendo sustentar, da maneira que todo mundo está sustentando aqui e não poderia deixar de falar essa verdade na tribuna, no encerramento de um ato tão importante, porque, gente, têm famílias lá, tem gente que veio com expectativas e está lá jogada às traças. E veio reserva, e foi reserva, e veio reserva. Esse é um dos pontos fundamentais.

Então, não se está pedindo para voltar aos 57.000. Não desvincularam a Quatro Reservas? Desvinculou.

Quatro Reserva não vai mais compensar lá no Guariba. Então, o Guariba deveria reivindicar 57.000 hectares de reserva e liberar o restante. Mas não, todo mundo está concordando que permaneça.

Segundo ponto, Presidente. O segundo ponto é a questão do trabalho que o Estado fez.

O que aconteceu? Em 2007 foi feito o decreto de outra reserva, foi modulada e tal. O Estado foi lá, com dinheiro do Estado e do INCRA, contratou uma empresa e foi remodelar. Chegou lá e falou: “Olha, gente, agora, eles certificaram essa matrícula, senhores, esse trabalho.”

Agora é o seguinte: quem está no meio a reserva vai ser isso, lá em cima vai perder e tal.

O que aconteceu? Os produtores, se não foram esses que estavam lá de 80, ou os que estão agora, vieram ao Estado pedir para se regularizarem e o próprio Estado falou: “agora vocês podem regularizar as suas áreas dentro disso aqui.” Criou-se uma expectativa. Quer dizer, esse o ponto fundamental.

No terceiro ponto eu quero dizer o seguinte: todo mundo gastou dinheiro na reserva extrativista, para criar ou para não criar. Eu quero fazer um desafio. Você conhece o Cândido? Vocês sabem qual é a caminhonete que eles estão andando, que o Cândido está andando para dizer que o Estado está gastando dinheiro lá na reserva? Está feia! Horrível! Está indecente aquilo ali para um cara que cuida de uma reserva de 165.000 mil hectares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Nino de Loreto.

Quero passar a palavra ao 1º Secretário desta Casa, Deputado Nininho.

Em seguida, como não temos mais nenhum inscrito, vamos encerrar esta

Audiência Pública.

O SR. NININHO - Boa tarde a todos e todas.

Quero aqui cumprimentar o Presidente desta Câmara Temática, Deputado Zé Domingos Fraga; o nosso colega Deputado Pedro Satélite e todos os membros desta Câmara Temática que fizeram esse trabalho.

Cumprimento todos os nossos companheiros que vieram de Guariba no anseio de buscar uma solução para esse problema, Deputado Zé Domingos Fraga, que está criado, problema esse que tem que fazer isso que já está sendo feito, esta Casa começar a encarar de frente e buscar defender o direito do nosso cidadão e do nosso Estado também.

Queremos preservar o meio ambiente sim, queremos fazer as coisas certas, mas queremos que o direito do cidadão que acreditou, que foi chamado para desbravar este Estado e

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

torná-lo o gigante que é e produziu riquezas para pagar os salários dos nossos servidores seja preservado neste Estado.

Eu já estou Deputado Zé Domingos Fraga, começando a entender rapidamente o que ocorreu.

Estive lá em Guariba e conheço o Estado de Mato Grosso. Enquanto os Governos Federal e Estadual gastam milhões com assentamentos, desapropriando áreas, buscando dinheiro, muitas vezes tirando de onde não deveriam tirar para fazer as desapropriações, o nosso Estado, que é um Estado que tem reservas imensas, preservando imensas áreas para manter o equilíbrio do meio ambiente do Estado, não admito e não é justo.

Quero acreditar que o nosso Governo se equivocou quando fez esse decreto ampliando essa reserva, não respeitando essa área que está ocupada por esses cidadãos que aí estão, porque esses cidadãos estão como muitos outros que neste Estado ocuparam áreas públicas aqui, porque foram chamados para isso.

Eu quero saber o que leva o Governo a tirar 30.000 hectares que estão sendo ocupados por esses cidadãos.

Quando se fala: “são trinta mil com quarenta famílias...” Eu acho que todos aqui têm conhecimento do nosso Código Florestal, e aqui só pode abrir 20%.

Essas pessoas são heróis! Elas moram em cima de 500 hectares e só pode abrir 100 hectares para sustentar sua família.

Essas pessoas não conseguem ter um salário com a renda dessas propriedades nem comparado com os menores salários desta Casa, Deputado Zé Domingos Fraga. Os menores salários da Assembleia Legislativa essas famílias não conseguem ter lá em cima desses cem hectares.

Isso é um absurdo, tem que ser revisto e eu sou da opinião do diálogo com o Governo. O Governador é um homem do bem, é um homem sensato, esteve em Guariba, estive com ele lá, e ele presenciou aquelas famílias, a situação em que vive aquelas famílias naquela região do Estado e tenho certeza que ele saiu de lá sensibilizado o dia em que estivemos lá.

Eu não tenho dúvidas, Deputado Zé Domingos Fraga, de que com diálogo nós vamos conseguir convencer o Governo para que exclua pelo menos essa área que está ocupada, esses trinta e poucos mil hectares e mantém o resto da reserva, se é que já fez esse compromisso.

Eu fico indignado quando ouço falar aqui que algum Governador deu área em compensação para buscar recursos para a infraestrutura deste Estado. Fico indignado! É uma irresponsabilidade de qualquer Governo que fizer isso.

Se tem alguém que deveria ter cuidado do meio ambiente são os países do primeiro mundo que exploraram 100% das suas áreas, não preservaram nada, produziram riquezas em cima dessas áreas exploradas e vêm querer controlar o desmatamento do nosso Estado, do nosso País. Isso é um absurdo!

Não estou dizendo que não deve ser preservado o meio ambiente. Isso é bom para o País, é bom para o mundo, é bom para nós mesmo, mas tem que ter critérios justos, não dessa forma que está sendo.

Então, Deputado Zé Domingos Fraga, quero dizer que nós vamos sim buscar o diálogo, vamos para a Casa Civil, vamos ao Governo. Senão, vamos revogar a lei nesta Casa.

Eu tenho certeza que os Parlamentares estão todos sensibilizados com isso. Ninguém aqui vai se opor a revogar essa lei, porque estará fazendo justiça para preservar o direito desses moradores que lá estão.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.

---

Agora, falar que vai deixar invadir mais, não! Aí cabe ao Governo fiscalizar e não deixar. Mas o que está ocupada é justo que sejam mantidos esses cidadãos para que tirem o sustento de suas famílias, melhor do que trazê-los para a cidade e termos mais um desempregado, sem emprego, como há aqui. É muito melhor que eles continuem lá.

Eles têm vocação, se propuseram a ir para a região, então, que eles continuem trabalhando e tirando o sustento de suas famílias.

A minha sugestão é essa, Deputado Zé Domingos Fraga.

Acho que temos que parar de muita conversa e fazer as coisas acontecerem no Estado. Não podemos mais nos reunir dez, vinte vezes para resolver uma questão.

Eu sou da opinião que tem que colocar um ponto final nesse tipo de coisa e tem que ter ação, ação de Governo.

Tem que ter diálogo, sim. Agora, se não tiver, temos que achar uma solução e resolver o problema desses cidadãos, porque não é justo esse impasse e essa insegurança jurídica, como lá.

Quando se fala aqui em reserva indígena, se for para demarcar o que é dos índios, deve ser todo o Estado. Os índios perambularam por todo este Estado.

Mas, hoje, depois de estar produzindo, áreas com lavoura, como aqui – eu falava isso hoje – e vamos formar uma Comissão, vamos a Brasília, porque têm que ser votadas urgentemente essas PCs em Brasília para impedir ampliações de reservas. Isso é um absurdo, um desrespeito com os cidadãos que para cá vieram, que acreditaram neste Estado, que vieram aqui investir e produzir, e torná-lo esse gigante.

Agora, as áreas ocupadas, depois de cinquenta anos produzindo, os índios, incentivados por alguém, chegam e falam: “Nós passamos por esse rio há tantos mil anos, moramos debaixo dessa árvore e aqui vai ser criada mais uma reserva.” Tira-se o direito de propriedade do cidadão. Isso é um absurdo! Isso é um desrespeito e isso traz uma insegurança jurídica muito grande para os proprietários do nosso Estado.

Então, temos que encarar essas questões de frente e resolver.

Parabéns! Com certeza, ninguém melhor do que você para conduzir essa Câmara Temática e achamos o equilíbrio e uma solução para esse problema.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Deputado Nininho.

Com certeza, eu já disse, não vamos parar por aqui. Contamos com o apoio de Vossa Excelência, do Deputado Pedro Satélite, que é da região, do Deputado Oscar Bezerra, do Deputado Dilmar Dal Bosco. Vamos encaminhar o relatório, que inclusive foi rejeitado, diga-se de passagem, pelos membros da Câmara Setorial ao Governo e depois vamos buscar uma saída de avanço político, mas que a decisão seja técnica.

Então, quero registrar a presença e agradecer, mais uma vez, do Deputado Pedro Satélite, do Deputado Ondanir Bortolini Nininho, do Deputado Dilmar Dal Bosco, do Deputado Oscar Bezerra e do Deputado Wilson Santos.

Agradeço as presenças dos Exm<sup>o</sup> senhores: Secretário-Chefe da Casa Civil, Paulo Taques; do Prefeito de Colniza, Sr. Esvandir Antônio Mendes; da Superintendente da SEMA, Dr<sup>a</sup> Fátima Sonoda; do Marcelo Martins Guimarães da Silva, Técnico da Reforma de Desenvolvimento Agrário do INCRA; da Anete Ribeiro, Superintendente da Associação dos Cartórios, ANOREG - vamos continuar contando com sua participação nesta Câmara Setorial para resolvermos a questão da nossa Quatro Reservas -; do representante da OAB da Comissão de Direitos Agrários, Dr. Wilson

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DOS ESTUDOS REALIZADOS PELA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA - CST, REFERENTE À REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, ÀS 14H.**

---

Sanches; do Rodrigo Félix da Silva, Secretário da Agricultura do Município de Glória d'Oeste; e do Sr. José Policena de Souza, Presidente da Associação do Projeto Filinto Müller Guariba-Roosevelt.

Quero agradecer mais uma vez não só a presença, mas o trabalho, a dedicação de forma incansável, do Presidente desta Câmara Setorial Temática, Sildemar Ziezkowski; do Dr. Carlos Dornellas, nosso Procurador da Assembleia Legislativa; e também do Gideon Danni. Em nome de vocês três agradeço o apoio e a dedicação de todos os membros desta Câmara Setorial Temática.

Como não temos mais orador inscrito, peço licença ao nosso Secretário Geral para dispensar a formalidade Regimental da execução do Hino de Mato Grosso em função do adiantado da hora.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Obrigado a todos pela presença.

Fiquem com Deus! (PALMAS).

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
  - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Dircilene Rosa Martins;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Isabel Luíza Lopes;
  - Luciane Carvalho Borges;
  - Nerissa Noujain Salomão Santos;
  - Rosilene Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
  - Rosivânia Ribeiro de França;